

ANOTAÇÕES SOBRE O PROCESSO PARA DELIMITAÇÃO
DA ÁREA INDÍGENA KULINA DO MÉDIO JURUÁ/AM

INF. TÉCNICA Nº 30
EM FEV. 196

Grupo Indígena: Culina

Localização: municípios de Envira, Eirunepé e Ipixuna/AM

Aldeias: 21 - Coari, Peri, Saboia, Januaria, Porto Velho, Morada Nova, Sumauma, Piau, Piari, Medonho e Coata, entre as que foram citadas no Memorial Descritivo.

População: 915

Área proposta: 770.300ha-570 km

Grupo de trabalho designado pela Portaria 1840/E/11.03.85:

- Lévio Natal Lopes de Oliveira - Topógrafo
- Ozires Ribeiro Soares - Técnico de agricultura e pecuária, DPI
- Abel Oliveira Silva - Coordenador, Universidade do Acre
- Rubens Monteiro de Souza - Técnico indigenista, Prelazia do Acre/
Purus
- Walter Sass - Missionário ICELB
- Paulo César Levi de Carvalho - Técnico agrícola, ITERAM

Portaria 1841/E/14.03.85: inclusão de José Sergio de Souza, INCRA

Dados sobre a ocupação: 79 ocupantes - 17 detentores de domínio
59 posseiros
02 arrendatários
01 indefenido

Valor das benfeitorias: R\$ 177.865.659

Incidência: 165.579,3666 ha

Dados para assentamento: 90 famílias - 573

Aspectos da Cultura e História do Contato

Desde os primeiros anos de exploração e ocupação na Amazônia, principalmente a partir do século XVIII, tem-se observado o sudoeste e a região do Acre como habitat de diversos grupos indígenas. No início do século XIX, esses registros, embora fragmentários e esparsos, já indicavam certas afinidades culturais entre estes grupos apesar de outros dados apontarem a diversidade de línguas e etnias. Contudo antes que se iniciassem estudos sistemáticos de linguística e etnologia, populações inteiras tiveram seus territó

rios invadidos por frentes de extrativistas, o que teria causado mortes e migrações em larga escala. Em grande parte a confusão que existe entre nomes e procedências etno-linguísticas deve-se a forma violenta com que estes grupos foram tratados por exploradores e seringueiros que os cunhavam arbitrariamente com uns poucos nomes alusivos a várias e distintas etnias.

Os Culina constituem um exemplo: o nome se refere a populações que se encontram dispersas sobre uma ampla área do Acre e Sudoeste amazônico. No caso trata-se dos Culina filiados a família Aruak que foram registrados ocupando o Médio Juruá desde a metade do século XIX (Castelnau/1850-1, Bates/1892 e Tastavin/1908-14 apud. Oliveira Silva, fls 453-466). Esse grupo Culina, autodenominado Madija, possui segmentações internas que os distribuem em grupos localizados (possivelmente unidades políticas fundadas no parentesco) e os condiciona a uma extrema mobilidade especial dentro de seu território. (Processo/FUNAI, fls 453).

Em parte esses deslocamentos de curta escala se realizam em decorrência de conflitos internos, ou, em busca de melhores solos e fontes alimentícias, além de outros fatores, onde decididamente intervêm aspectos do mundo mágico-religioso Culina. De outra, a grande dispersão que hoje se verifica entre os Culina provem de experiências de contato a que foram submetidos desde a chegada das primeiras levadas de seringueiros, quando conhecendo a escravidão e epidemias, migraram para regiões distantes do Acre e Peru, onde atualmente encontram-se vários desses grupos. (id fls 453-468).

Situação Atual e a Proposta do GT/Portaria 1840/85

A breve alusão as experiências de contato e aspectos culturais específicos do povo Culina torna-se necessário para uma melhor discussão sobre a proposta de delimitação de uma área contínua, encaminhada ao MIRAD para estudo e posicionamento, através do Memo Nº 0059/Coord. GT/14.11.85. Os dados que fundamentam essa proposta encontra-se no relatório elaborado por Abel Silva e Rubens Monteiro e se constituem num reexame de estudos e levantamentos realizados pela FUNAI nos anos de 1977, 1981 e 1983. Embora não se tenha ao certo esses estudos como proposta de delimitação é sábio do que sua tramitação administrativa fora suspensa por não coincidir com as reivindicações dos Culina e carecer de informações mais precisas sobre a situação de suas terras (idem, fls 509-512).

Isto se deve ao pouco conhecimento da FUNAI sobre uma área, cuja assistência esteve por muito tempo restrita à visitas esparsas e, mais recentemente à atuação de um atendente de saúde instalado na própria delegacia de Eirunepé e conseqüentemente sujeito aos interesses de grupos representativos do poder local. Um das conseqüências dessa atuação ambígua foi o envolvimento de um grupo Culina em um incidente com regionais e a sua transferência compulsória para outra região onde já residia outro grupo com o qual mantinha relações de hostilidade (Aconteceu/1984,141).

De outra parte, a atuação das missões na área não se distancia desse desconhecimento e desconsideração para com certos aspectos da cultura Culina. Como ilustração, vale citar o trabalho de catequese religiosa realizado pela Missão Novas Tribos do Brasil - MNTB. Essa missão, instalada na aldeia Piau desde 1969 vem mantendo um relacionamento com os índios marcado por ressentimentos e reclamações mútuas, principalmente no que diz respeito às práticas xamanísticas. Além disso, tem sido omissa em questões que envolvem transações comerciais entre índios e empresas seringueiras. Em certo sentido, a mesma reproduz em suas relações com os índios um quadro similar de dependência econômica e sujeição (idem, fls 494-495).

Nesse aspecto, a assistência prestada pelo CIMI aos Culina da aldeia Porto Velho tem sido bastante positiva, pelo menos no que diz respeito ao acompanhamento dado aos índios na venda da boracha em Eirunepé, embora pesem outras reclamações com respeito às interrupções constantes nas atividades escolares devido mesmo à mobilidade do missionário (fls 495-496).

Em que pese as críticas e reclamações, essas informações sobre o trabalho missionário na área* explicam e devem ter determinado a inclusão de seus representantes no Grupo de Trabalho que elaborou a presente proposta. Deste levantamento resulta a definição de uma área contínua abrangendo três municípios e vários rios onde se observou a presença de aldeias Culina. Considerou-se ainda as reservas econômicas (estradas de seringa, zonas de caça, pesca e coleta), bem como a existência de sítios culturais (cemitérios e

* Outra missão que atua entre os Culina é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB. Sua instalação deu-se em 1985, sendo prematuro qualquer comentário.

antigas habitações) reconhecidos através da presença de pupúnhais, varadouros, matas em recuperação e confirmados pela tradição oral e escrita sobre a ocupação histórica do Médio Juruá pelos Culina.

A leitura de peças do processo 5406/79 a que se refere o Memo nº 0059/85 não suscitou dúvidas relativas às informações sobre a história e cultura Culina. Todavia causou-nos impressão os dados referentes à dispersão espacial e ao antagonismo entre os grupos Culina. As aldeias mantêm entre si fortes divergências fundadas em acusações de feitiçaria, que estimulam os constantes desmembramentos de grupos familiares e a sua dispersão geográfica. Em um trecho do relatório, os autores definem o xamanismo como o "fator de maior resistência cultural", observando que dessa prática provem situações que provocam a fragmentação e dispersão dos grupos (idem, fls 480-481). Respeitando tais referências culturais, sugerem como projeto para uma atuação indigenista adequada, a formação de equipes vólantes para melhor atender as inúmeras aldeias (inclusive algumas Canamari) nas transações comerciais e na assistência à saúde e educação (idem, fls 519-520), evitando assim agregar em um mesmo local grupos rivais.

A nosso ver estes aspectos não apenas orientam uma atuação indigenista como contribuem para uma discussão consequente sobre a proposta de uma área contínua, a começar indagando os autores sobre sua adequação à realidade Culina.

Levantamento Fundiário: contradições observadas na documentação disponível.

Ao final do relatório de Abel Oliveira Silva e Rubens Monteiro foi registrado a incidência de benfeitorias pertencentes a 23 seringais, onde residem 80 famílias, embora Ozires Soares (também integrante do mesmo GT) indique em seu relatório o número de 27 seringais onde se acham 90 famílias que totalizam 573 pessoas (idem, fls 517-518e 1056-1059). Outro documento intitulado "Relação dos Ocupantes Não-Índios", de 01.10.85, reproduz as informações transcritas no Memo nº 0059/85 no item referente à situação atual das terras, ou seja, foram inventariados 79 ocupantes, dos quais 59 enquadram-se na condição de posseiros, 17 possuem posses com domínio, 02 arrendam terras e 01 não especificou a forma como explora a área ocupada. Ao todo as benfeitorias incidentes correspondem a 165.579 hectares e foram avaliadas em Cr\$ 177.865.659

(ou 5.866,9453 ORTN, conforme a correção realizada a partir da data de vencimento, 22.03.85).

Apesar da referência aos 17 detentores de domínios, o levantamento cartorial constatou a existência de apenas 04 certidões registradas no cartório de Eirunepé. Cabe observar que este levantamento cartorial realizou-se em apenas uma cidade, embora a área proposta esteja situada também nos municípios de Envira e Ipixuna.